

SEMEANDO A POLÍTICA PARA COLHER CIDADÃOS

Kássia Virginello

virginello.kassia@bol.com.br

Licenciatura em Pedagogia

Instituto de Ensino Superior de Itapira – IESI. Itapira/ SP - Brasil

Roberto Batista de Souza

geoprofessor.roberto@gmail.com

- Graduação

Licenciatura em História

Faculdades Integradas Maria Imaculada – FIMI. Mogi Guaçu/ SP - Brasil

- Especialização

1 – Psicopedagogia Institucional

Faculdade de Educação São Luis. Jaboticabal/ SP – Brasil

2 - Metodologia do Ensino de História e Geografia

Universidade/ Centro Educacional Uninter. Curitiba / PR – Brasil

3 - Educação à Distância

Universidade Paulista - UNIP. São Paulo/ SP – Brasil

RESUMO

Este artigo tem o propósito de analisar as múltiplas vantagens na readequação das estruturas educacionais, pedagógicas e administrativas dos processos de ensino-aprendizagem no que tange ao ensino da política como disciplina obrigatória nas redes de ensino público e privadas no Brasil, bem como sua interrelação com as disciplinas pautadas em humanidades e suas tecnologias. Concomitante a este objetivo se pretende analisar formas de efetivação para o desenvolvimento na educação formal com a propagação em aulas de conteúdos, conceitos e práticas sobre os fundamentos da política em sua forma mais ampla e abrangente, propondo ligações mais aproximadas entre o cotidiano social e político do estudante com as variadíssimas formas de se fazer, entender e viver politicamente, estimulando sua aceitação e muito melhor atuação em todos os campos da vida futura do estudante-cidadão. A metodologia deste trabalho tem por base a pesquisa conceitual e teórica de revisão bibliográfica de autores de referência nas áreas sociológicas, políticas e educacionais, que buscam refletir sobre as problemáticas da sociedade brasileira, expondo pontos positivos e negativos bem como possibilidades de desenvolvimento de aulas politizadas *lato sensu* por meio de estratégias dinâmicas nos processos educacionais que disponham e construam conhecimento profícuo para o público escolar, determinando gradualmente consequências positivas para o discente e para toda a sociedade. Os resultados e considerações deste diálogo confirmam que é possível haver o alcance da autonomia política, intelectual e social do aluno com o desenvolvimento da qualidade e acesso em todos os níveis da educação brasileira a

um ensino e conteúdos politizados, cujas características inculcam nos alunos de forma reflexiva e autônoma uma responsabilidade participativa como atores sociais políticos, inclusos nos processos de compreensão profunda sobre gestão, decisão e manutenção do tecido social e político a partir de suas estruturas, para que toda a nação consiga de forma sinérgica e responsável efetivar as transformações dinâmicas necessárias a este país, independentemente de sua posição nas hierarquias políticas, administrativas e sociais, mas atuando com eficácia, consciência e ética, munidos das ferramentas certas pelo conhecimento e educação consolidados para cada ação e em cada nível da sociedade brasileira. É preciso começar cedo.

Palavras-chave: Educação. Política. Sociedade. Participatividade. Democracia.

ABSTRACT

This article has the purpose of analyzing the multiple advantages in the re-adaptation of the educational, pedagogical and administrative structures of the teaching-learning processes with regard to the teaching of politics as a compulsory subject in public and private education networks in Brazil, as well as their interrelation with the disciplines based on humanities and their technologies. Concomitant to this objective is to analyze forms of effectiveness for the development in the formal education with the propagation in classes of contents, concepts and practices on the fundamentals of politics in its broadest and most comprehensive form, proposing closer links between the social and political quotidian of the student with the varied forms of doing, understanding and living politically, stimulating their acceptance and much better performance in all fields of the future life of the student-citizen. The methodology of this work is based on the conceptual and theoretical research of bibliographic revision of authors of reference in the sociological, political and educational areas, who seek to reflect on the problems of Brazilian society, exposing positive and negative points as well as possibilities of development of politicized classes *lato sensu* by means of dynamic strategies in the educational processes that have and construct profitable knowledge for the school public, gradually determining positive consequences for the student and for the whole society. The results and considerations of this dialogue confirm that it is possible to reach the student's political, intellectual and social autonomy with the development of quality and access at all levels of Brazilian education to a politicized teaching and content, reflective and autonomous form, a participatory responsibility as political social actors, included in the processes of deep understanding about management, decision and maintenance of the social and political fabric from their structures, so that the whole nation can synergistically and responsibly carry out transformations dynamics necessary to this country, regardless of their position in political, administrative and social hierarchies, but acting with efficiency, conscience and ethics, equipped with the right tools for the knowledge and education consolidated for each action and in each level of Brazilian society. We must start soon.

Keywords: Education. Politics. Society. Participativeness. Democracy.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo busca preconizar a relevância e indispensável eficácia que seria proporcionada com o ensino da política de forma ampla, abrangente e contextualizada aos alunos das redes de ensino público e privados no Brasil, desde seu primeiro ano no ensino fundamental até aos níveis superiores de ensino, de forma sistematizada e com base curricular autônoma.

Para tanto busca teorizar cientificamente os conceitos sugeridos com a abordagem e discussão de pensamentos e reflexões de autores de referência por meio de revisão bibliográfica de suas obras que pautam sobre as bases sociológicas, políticas e pedagógicas da educação no Brasil, apontando possibilidades de melhorias em sua estrutura educacional para promover o desenvolvimento eficaz da autonomização do estudante-cidadão para que seja participante – e não apenas espectador – dos processos vitais e essenciais da sociedade em todas as suas ramificações.

Nesse sentido a analogia à “semeadura” do conhecimento e educação política – com a conseqüente “colheita” de cidadãos conscientes e ativos socialmente por excelência – traria resultados sociais gerados na conscientização e atividade de cada aluno que se torna cidadão.

São proposições educacionais e pedagógicas ilustrativas e inspiradoras de ações muito mais enfocadas para a compreensão de todos os setores da sociedade brasileira e justificam as propostas deste trabalho por serem pertinentes para se tratar de reflexões mais aprofundadas sobre os campos educacionais brasileiros, os quais estão precisando de reformas e aprimoramentos imediatos de forma contínua e eficaz, uma vez que a educação está atrelada ao social, político, econômico e

cultural no Brasil, e é resultado historicamente construído do próprio cotidiano brasileiro em suas contraditoriedades e desigualdades. Estes resultados, quer positivos ou negativos serão sempre efetivados pelo desenvolvimento educacional, cultural e político de cada indivíduo e da sociedade como um todo.

Todo indivíduo tem o direito de conhecer mais profundamente o que acontece ao seu redor, tanto na comunidade da qual faz parte, como na cidade, no país e no mundo. O ser humano precisa se identificar como um ser político por excelência, atuando ativamente na sociedade e buscando o equilíbrio entre direitos e deveres.

Em todas as sociedades organizadas existem situações hierarquizadas com figuras de liderança que gerenciam, organizam, impõem e influenciam a manutenção ou a transformação de suas estruturas, o que pode ser feito também de forma eficaz ou medíocre, e a formação educacional e cultural da coletividade influencia diretamente nos resultados da (des) harmonia social e nos fatos e fenômenos políticos, econômicos e éticos de uma nação.

Torna-se, portanto imprescindível haver nas escolas um processo intenso de ensino-aprendizagem que enfoque o político, o social, o ético e o pensamento autônomo, formando no aluno um ser dinâmico e transformador, que entenda os problemas da sociedade como sua responsabilidade também, e desenvolva estratégias em diversos níveis para influenciarem nas ações e decisões políticas e sociais, constantemente reformatadas por seu caráter dinâmico e variado no Brasil.

A sociedade tem o direito de questionar e ser atendida em suas necessidades, mas isso normalmente não ocorre com a intensidade e frequência necessárias. Existem possibilidades de mudança no Brasil atualmente, alguns vislumbres de que a população está se conscientizando e fazendo jus ao sistema de

governo democrático existente, sabendo e buscando o equilíbrio entre seus direitos e deveres, conhecendo a definição e o papel de todo agente dentro da política e, se a função de cada político, em seus diversos níveis, está realmente sendo efetuada com eficácia e ética, pensando no desenvolvimento de todos na sociedade.

É importante ensinar política às crianças para quebrar de forma gradual e coletiva os paradigmas historicamente construídos sobre o tema desde o primeiro ano do Ensino Fundamental até os níveis superiores de ensino. Para tanto o Estado precisa inserir a política como disciplina obrigatória, cabendo ao educador saber ministrar o conteúdo pensando nos conceitos significativos que precisam ser construídos, de forma que os temas sociais e politizados se aprimorem e evoluam sempre com reflexões, criticidade, autonomia e estímulos para atitudes éticas, abrangendo as dificuldades da ação política no Brasil por meio do conteúdo curricular e as possíveis possibilidades de soluções para uma educação melhor com os benefícios da política como disciplina para toda a sociedade.

Por quê? Para quem? Com qual finalidade? Qual a relevância de determinada ação? E a educação, a segurança, a saúde, o bem-estar social, os direitos das minorias? O meio ambiente está sendo protegido? Os interesses gerais e também o das minorias estão sendo atendidos? O que são direitos iguais para personalidades e situações diferentes?

Estes são questionamentos que a sociedade necessita fazer para cobrar e fiscalizar com qualidade e inteligência aos seus governantes e para que não sejam seguidas certas orientações sociopolíticas de forma alienada. É preciso que todo cidadão saiba agir diante das regras, ditames da organização social, jurídica, política e econômica de sua região, sendo também fundamental que o ensino da política

esclareça e estimule ao ator social para que compreenda não apenas a importância dos questionamentos, mas qual é o seu papel no sentido de fazer parte da solução dos mesmos, local ou globalmente, agindo também, além de apenas questionar.

2. O QUE É POLÍTICA

O termo português “política” é traduzido e transliterado da língua grega, *politikós*, surgido na Grécia Antiga, no século VI a.C. e seu significado expressava um conceito que era diretamente ligado a polis (cidade) junto ao interesse do cidadão em seu desenvolvimento.

Na Grécia deste período houve um período de estabilização da sociedade e das cidades-estados, de forma que inicialmente a educação informal politizada fazia-se por meio de debates e da expressão da individualidade do cidadão, dando força à política, libertando o homem da submissão metafísica e dita divina e permitindo a ele mesmo compor seu destino e o da polis pelo uso da palavra, retórica e argumentação em praça pública, exercendo por meio da individualidade da inteligência a possibilidade de reflexões, considerações e soluções coletivas e sociais, como por exemplo, a criação do conceito da própria Democracia.

Assim, política em sua originalidade era o estudo e a aplicação das melhores formas de se gerir uma polis. Etimologicamente o entendimento grego para política significa a arte de governar; buscar o melhor caminho possível para todos os envolvidos sob uma perspectiva social.

Com o passar do tempo a luta pelo poder ganhou um espaço notável e, com isso, foram desenvolvidos o uso de táticas, estratégias e técnicas para alcançar os objetivos desejados, sendo a política fundamental para este processo.

Sempre que se pretende organizar um grupo de pessoas com metodologias e regras buscando o melhor para todos, a política está sendo praticada. Para Cortella e Ribeiro (2010, p. 03), a política seria uma maneira de lançar a luz sobre essas teias invisíveis que dominam e a tentativa para controlá-las.

Muitos indivíduos se limitam a uma única e limitada forma de compreender a política, destacando somente a política partidária ou governamental, não observando que toda atitude que interfere na vida de outra pessoa é um ato político, sendo por excelência política a arte de se relacionar em busca do poder, influência, afetos ou manipulação, incluindo as organizações de políticas públicas, políticas partidárias, internacionais, dentre muitas outras.

Assim, o intuito deste trabalho é mostrar as possibilidades para a transformação e desenvolvimento da sociedade com as ferramentas certas e eficazes, elevando o conhecimento e a percepção dos cidadãos sobre sua participação política – a partir do pleito político-democrático mas não se limitando a ele, preconizando a convivência idônea e participativa junto ao voto consciente, pesquisado, estudado e muito bem analisado – podendo fazer jus ao sistema de governo democrático brasileiro e compreendendo que cada parte realmente faz parte do todo.

É um ato político honrar os direitos e deveres do próximo, sabendo a definição e o papel de todo agente dentro da política e se a função de cada político profissional está realmente sendo efetuada com eficácia, pensando no desenvolvimento e benefícios de todos da sociedade. Também é um ato político compreender quando as próprias ações **não** estão sendo efetivas para o desenvolvimento coletivo. Até mesmo a convivência em família é expressão de atos

políticos, sendo o lar um ambiente social do ser que traz a possibilidade da formação de valores, caráter, sociabilidade, saberes múltiplos simples e também complexos que podem ser entendidos como educação informal, bem como a obediência, limites e relações permeadas de especificidades de afetos importantes para a manutenção da convivência.

Ambientes profissionais também possuem uma série de códigos de conduta e ética para prosperarem, chamados de política da empresa com seus manuais e códigos de ética, para que os padrões organizacionais desenvolvam nos colaboradores uma cultura organizacional e política de relacionamento e alinhamento de objetivos econômicos e profissionais.

A política é, assim, um fenômeno humano, social, mutável e dinâmico, racional e emotivo, que afeta e se deixa afetar em um ciclo interminável de relacionamentos em busca do poder, da decisão, da escolha, da posse e do bem-estar individual e coletivo. Uma expressão complexa e ampla do livre arbítrio.

Um tema tão relevante e tão presente de diversas formas na sociedade precisa figurar na educação do cidadão de forma intensa desde os primeiros anos escolares, sendo, portanto indispensável e imprescindível ensinar política às crianças e jovens, conscientizando-os de que a política é um fenômeno muito mais amplo e intenso do que a mídia propaga, e essencial para se levar uma vida mais atenta e ativa no seio da sociedade. A importância de uma educação sociopolítica no Brasil é inegável, instantânea e imprescindível para auxiliar na transformação do homem e da sociedade, ensinando e autonomizando o ser social para o enfrentamento das contradições sociais, políticas, econômicas, éticas e morais que historicamente assolam a sociedade.

A relativamente nova política democrática no Brasil – como em todas as democracias do mundo – carrega pontos positivos e negativos e, a princípio pode-se compreender como política e gestão democrática o ato de organizar sistematicamente a sociedade que deve conviver coletivamente exercendo direitos e deveres em espaços, situações e fenômenos coligados. Os deveres do cidadão não podem ser apenas os que tangem minimamente ao seu bem-estar, mas sempre enfocando o progresso da sociedade.

A liberdade pessoal tornou-se há muito tempo a chave para o desenvolvimento da sociedade devido sua própria característica humana consumista e desenvolvimentista, mas na atualidade o individualismo tornou-se um fenômeno questionável em seus exageros, pois muitas vezes se opõe à liberdade pessoal do outro expressando uma obsessão do indivíduo por seu próprio bem, ignorando a coletividade e considerando a sociedade sempre como espaço para seus direitos e raramente seus deveres.

3. O ENSINO DA POLÍTICA NAS ESCOLAS E SUA IMPORTÂNCIA

A didática e as metodologias envolvidas nestas possibilidades de ensino são infindas: nas séries iniciais, por meio de imagens e desenhos se consegue quebrar os paradigmas negativos sobre o tema desde cedo. É importante ensinar tanto a teoria quanto com exemplos na prática em forma de exercícios de debates, teatros, jogos, discussões e visitas monitoradas a instituições públicas, sendo que para cada faixa etária haveria materiais específicos de apoio; criativos e muito contextualizados.

O educador deve se especializar em áreas correlatas à Pedagogia, com

formação especializada em *lato* ou *strictu sensu* em Política e Sociedade, Ciência Política, Sociologia, Direito, História e disciplinas similares para darem conta do amplíssimo conteúdo envolvido e ministrando-os de forma ética para que a sala de aula não se torne um ambiente para doutrinações político-partidárias ou ideológicas, mas que ofertem autonomia para que os alunos aprendam a construir a imagem de cada ser político ou instituição pública ou privada a serem analisados.

A formação de uma mente crítica, reflexiva e autônoma deve ser a intenção da Educação como sistema e estrutura de um país, o que deve ser refletido na formação dos professores também, e não basta estar escrito em leis, códigos e parâmetros, se não existirem bases e investimentos para executar a sério o que está escrito e proposto nos mesmos!

Investir na educação politizada das crianças é garantir profissionais competentes em seus cargos no futuro, pois elas crescem já desejando mudanças e aprendem o convívio saudável, ético e transparente em uma sociedade que carece do desenvolvimento de valores cada vez mais, respeitando opiniões, diferenças, idiossincrasias e complexidades do outro.

A compreensão dos contextos do analfabetismo no Brasil visa a uma reflexão sociológica ligada a educacional sobre os problemas econômico-sociais gravíssimos e em potencial na atualidade.

E, talvez o mais nocivo e triste viés do analfabetismo no Brasil seja a existência do analfabeto político; aquele que declara detestar, temer ou não se importar com a política, expressando ação ou inação que exacerba ignorâncias individuais e coletivas em uma situação de grande necessidade de intervenção e comprometimento de formas qualitativa e quantitativa da gestão pública e

conscientização popular, com caráter político, social, jurídico, econômico, cultural e educacional do Brasil.

A cultura politicamente defasada da realidade social atual somente irá mudar quando todos forem instruídos pela educação política, politizada e cidadã por excelência, sem hipocrisias, falácias e manipulações de informação.

Ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para sua produção e construção... Ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos e nem formar é ação pela qual o sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado (FREIRE, p.25 – 2002)

Justamente por isso e para que a formação e criatividade existam e estejam bem direcionadas no cotidiano do povo brasileiro é preciso que a educação formal adote em caráter intenso e abrangente o ensino da política, pois esse desinteresse com a política prejudica diretamente a vida do cidadão e da sociedade em que ele está inserido. Se ele não se entende como ser político dentro de uma sociedade, como terá seus direitos garantidos?

Dessa forma é necessário quebrar esse pensamento repleto de egoísmo, medo ou mesmo apatia, e trazer esse cidadão de volta as responsabilidades fundamentais do homem do coletivo, compreendendo que conviver é o mais político dos atos e a liberdade pessoal do cidadão – como ser político – é a chave para o desenvolvimento de toda sociedade. Como afirma Cortella e Ribeiro (2010, p. 08) “não haveria liberdade fora da política”. E reforçam tal necessidade da educação política com o seguinte argumento

Não votar pode ser uma decisão consciente, assim como anular o voto, quando tal decisão é amparada por argumentos de natureza política. Mas não ir a um debate ou a uma assembleia, muitas vezes, é mero sinônimo de alienação, não o resultado de uma decisão consciente. Portanto, não fazer política nem sempre é uma ação consciente. E penso que a educação deve lidar com isso, especialmente a educação escolar e a que se realiza pela mídia. (CORTELLA E RIBEIRO, 2010, p. 31).

historicamente sobre a política se apresenta no ensino dinâmico e valorizado do tema como disciplina, deixando claro aos docentes, alunos e à própria sociedade suas características que servem como uma pulsão vital para o desenvolvimento do país, entendendo que todas as ações interferem diretamente na vida do outro. Pois na execução da autonomia devem estar intuitivamente definidos os conceitos de direito, justiça e liberdade.

A partir do momento em que houver um enquadramento mais eficaz do cidadão como ser político e autônomo, caberá a ele assumir responsabilidades sociais para si, propondo, opinando e trabalhando em prol do bem comum para toda sociedade e garantindo um futuro mais digno a todos os envolvidos. Cortella e Ribeiro (2010, p. 30) explicam que “meu filho vai ser pelo menos em parte, quem eu contribuí para que ele fosse; a sociedade vai ser aquela que eu ajudei a construir ou contribuí para que piorasse e assim por diante”.

Visto que se faz política até mesmo quando não se percebe, é importante sair da neutralidade e agarrar-se naquilo que realmente move cada indivíduo, de acordo com a conduta moral e ética construída sociopoliticamente.

4. A EDUCAÇÃO, A DEMOCRACIA E A POLÍTICA

A educação como prática democrática e fortemente sustentada por inúmeras bases constitucionais, culturais e pedagógicas tem condições para modificar – quando necessário – a cultura de um povo, representando um primeiro passo para a transformação dos processos que estão engessados, estagnados ou bloqueados por forças maiores ou por calamidades sociais acumuladas por séculos, como a corrupção, a fome, a criminalidade, a falta de moradia e o analfabetismo crônico,

que também se expressam na atualidade como analfabetismo tecnológico, impedindo o acesso e compreensão de possibilidades que possam aprimorar os estudos e intelectualidade da nação, assim como promover ao mesmo tempo o ingresso dos educandos no mercado de trabalho que já há muito está munido de tais tecnologias para potencializar o fenômeno da oferta e demanda e dinamizar a economia do país - uma vez que o ensino social, político, ético e sociológico não exclui o ensino técnico, o que seria uma tolice.

A Pedagogia por excelência não pode admitir nenhuma forma de analfabetismo. Desta maneira a forma como se expressa o analfabetismo político é grotesca e trágica, pois o ser considerado *apolítico*, aquele que repudia a política e não se interessa pelos acontecimentos dentro do assunto, torna-se um *não-cidadão*, que seria um agente apenas passivo na sociedade. Um indivíduo analfabeto politicamente é um ser de fácil moldagem para determinadas elites, que farão isso de acordo com seus interesses e dinâmicas políticas impostas.

A democracia é enfraquecida com essa distância entre o indivíduo e a política. A população perde a força, acaba ocorrendo um “faz de contas” dos exercícios dos direitos públicos.

Várias questões relevantes podem e devem ser levantadas: o ensino da política é um trabalho específico ou abrangente? Qual a forma adequada para conscientizar as crianças no processo de aprendizagem da política? Como haverá mudança e transformação na sociedade se não se trabalha com as crianças conteúdos e conceitos como estes? Pois cada criança, sendo obviamente o futuro e herança do país, precisa saber como pensar, como agir e como reconhecer seus erros durante a sua formação como cidadã.

Paulo Freire (2001) faz menção em seus escritos sobre as chamadas Cidades Educativas, o que pode ser relacionado com a proposta deste trabalho de modo que para conquistar o desenvolvimento da sociedade, as futuras gerações devem começar a concretizar as mudanças, onde possuirão valores e conhecimento mais profundos e significativos.

Como não há educação sem política educativa que estabelece prioridades, metas, conteúdos, meios e se infunde de sonhos e utopias, creio que não faria mal nenhum neste encontro que sonhássemos um pouco. (Freire, 2001, p. 14)

Na educação eficaz empreendida de forma dinâmica e politizada como aqui se preconiza, é preciso que haja o acesso e a ousadia de sonhar; projetar possibilidades de melhorias para a evolução do país, sendo importante formar pessoas críticas, reflexivas, questionadoras e com conhecimento das complexidades que abrangem a política e a sociedade para que sonhem corretamente, mas também lutem por isso. No momento o maior sonho é o de dirimir ou eliminar a situação crassa e intolerável da falta de interesse, conhecimento e cultura política que gera desde a gênese deste país uma massa de analfabetos políticos.

É preciso mesmo brigar contra certos discursos pós-modernamente reacionários, com ares triunfantes, que decretam a morte dos sonhos e defendem um pragmatismo oportunista e negador da Utopia. É possível vida sem sonhos, mas não existência humana e História sem sonho. (Freire, 2001, p. 17)

É na educação que muitas das soluções são gestadas, pois um povo com alto nível de educação sabe pensar com complexidade, respeitar o diferente e criar ao mesmo tempo novas propostas. É preciso sonhar para lutar, mas sonhar com dialógica. E estes 'sonhos' representam a própria necessidade humana de criar o novo para si e para o outro, o desejo imanente e inegável do homem em agregar,

participar, reconhecer e ser reconhecido.

Por isto é função da educação e da sociedade, tanto formal como informalmente, fortalecer as estruturas e direcionar mais eficazmente conteúdos, temas e conceitos que deem conta da multiplicidade de direitos, deveres e parâmetros a que somos submetidos, e o desenvolvimento do pensamento político é uma estratégia brilhante para se alcançar tais resultados.

É claro que dentro desse mesmo pensamento outra dificuldade encontrada seria justamente a aceitação da sociedade com esse tema, um tabu generalizado cresceu em volta da política e até hoje escuta-se em conversas informais que “política” não se discute; sabe-se que isso se remete a política partidária e institucional, que é apenas uma parte do que realmente é a política, e faz com que os cidadãos se distanciem daquilo que eles deveriam apreciar e vivenciar no cotidiano. Cortella e Ribeiro explicam que

Há um tédio pela política, e esse tédio vem também porque nós, adultos, inclusive na escola, não conseguimos fazer com que o jovem se encante com a política sem contar com a presença do adversário, do inimigo. [...] existe um desprezo por se supor que política é uma coisa menor. (Cortella e Ribeiro, 2010, p. 18)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pretensão deste estudo foi a de apontar a importância do ensino sistemático, dinâmico e pedagogicamente adequado da política para estimular em todo o aluno – desde o ensino infantil até o nível superior – a capacidade de executar ou participar de um gerenciamento estratégico mais atuante e responsável nos fatos e fenômenos político, sociais, econômicos e culturais.

Um indivíduo estudado, culto, reflexivo e preparado politicamente saberá exercer com parcimônia, equilíbrio, amor e dedicação sua função social. Se o

cidadão crescer e se desenvolver com um ensino dinâmico sobre a política, desde criança desejará mudanças e transformações benéficas à família e a sociedade.

Tais saberes e perspectivas os estimularão à participação direta, levando pessoas preocupadas, éticas e com inteligência sociopolítica diferenciada a buscarem integrar os quadros decisórios públicos procurando por essas mudanças, e não apenas por status e compensações financeiras. Muitos serão incentivados pelos motivos éticos e sociais a se profissionalizarem como políticos em busca de saídas e soluções para problemas crônicos que prejudicam o Brasil.

E mesmo que estejam em outras profissões, os cidadãos que forem adequadamente orientados em saberes políticos e sociológicos saberão exercer seus papéis de forma democrática e idônea, pois a política séria e bem compreendida leva o homem e a coletividade muito além do conhecimento técnico massificado e não-reflexivo (muitas vezes expressos pelo senso comum). Não serão mais analfabetos políticos para somente assim começarem a lutar pelas mudanças e pensar na evolução do país.

Aulas desenvolvidas de forma dinâmica e democrática, superando a sala de aula magistrocêntrica, elencando a formação dos contextos históricos brasileiros e ensinando como funciona cada setor e cargo dentro da política e da administração pública terão um impacto de desmistificação da política profissional e dos setores públicos do Brasil, o que levará a reflexão das crianças sobre qual escolha farão ao tornar-se adultos, entendendo como a ganância e a falta de ética influenciam pessoas e instituições em sua luta desesperada por diversos tipos de poder.

Por isto a transversalidade entre as disciplinas no ensino formal é essencial para a consolidação da formação do ser como cidadão político, e ainda mais no

recorte deste trabalho que sugere a inserção de disciplinas políticas e sociais de forma intensa, quantitativa e qualitativa nos currículos formais educacionais.

Há sempre uma esperança ilógica de que “alguém”, uma empresa ou um partido político responda e conserte o caos político, jurídico, educacional, socioeconômico e cultural por que vem passando o Brasil, mas somente com a profundidade da educação política é que a sociedade perceberá que o combate às múltiplas injustiças não é trabalho apenas de uma pessoa carismática ou grupo representativo, mas tarefa amplíssima e contínua de um todo organizado com competência dialética e intenso desenvolvimento político, social, ético e cultural.

É necessário envolver a todos, sem exceção, para que novas estruturas de pensamento, práticas e organização sejam construídas na sociedade desde sua gênese, com a participação das crianças, jovens e adultos como aprendizes em diversas fases, que possibilitarão e apresentarão esperança para as próximas gerações.

Tais propostas, se competentemente planejadas, construídas e refletidas, serão eficazes para levar a educação a novos patamares, e com certeza são aplicáveis ao Brasil no gravíssimo momento por que passa, pois apresentam a possibilidade de resolver os problemas estruturais expostos, porém, de maneira gradual e metódica, abordando sistematicamente cada ponto de melhoria a seu tempo e com a dedicação dos setores e personalidades necessárias, de forma inteligente, organizada e coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. **Ensinando política a crianças e adultos**. 1.^a Ed. Curitiba: Nossa Cultura, 2009.

CORTELLA, Mário Sérgio. RIBEIRO, Renato Janine. **Política para não ser idiota**. 1. Ed. – São Paulo: Ed. Papirus Sete Mares, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 21. Ed. - Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PIAGET, J. **A Tomada de Consciência**. 3. Ed. São Paulo: Melhoramentos e Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política, Quem manda, por que manda, como manda**. 9 Ed. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1986.

RODRIGUES, André. RIBEIRO, Larissa. DESGUALDO, Paula. MARKUN, Pedro. **Quem manda aqui? – Um livro sobre política para crianças**. 1. Ed. São Paulo, Companhia das Letrinhas, 2015.

THIESEN, Juares da Silva. **A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem**. Revista Brasileira de Educação. Vol. 13 no. 39. Rio de Janeiro. Sept./Dec. 2008. In:

Acesso em: 20 de outubro de 2016.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil> - Acesso em: 01 de setembro de 2014.